

Proposta para consulta pública

1. SER CIDADÃO

Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
Num mundo crescentemente global e interdependente, educar para a cidadania consiste em habilitar as crianças e os jovens com os instrumentos necessários para explorarem plenamente os seus direitos e deveres enquanto cidadãos participativos de sociedades livres e respeitadoras dos valores constitucionais dos Estados de Direito democráticos, dos princípios democráticos e dos Direitos Humanos. A sociedade portuguesa, no seu contexto nacional, europeu e global, enfrenta inúmeros desafios que exigem respostas alicerçadas em valores éticos, conhecimento das regras cívicas e das instituições democráticas, empatia e solidariedade social. Enquanto espaço de desenvolvimento individual e coletivo, a escola assume-se como local privilegiado para a construção de uma cultura de cidadania ativa, democrática e responsável, partilhada por todos, promovendo a coesão social. Promover o respeito mútuo, a tolerância e a salvaguarda dos Direitos Humanos é contribuir para a formação integral de crianças e jovens, sendo imprescindível o papel da escola na prossecução dessa responsabilidade. Como tal, a Educação para a Cidadania permite aos mais jovens desenvolver capacidades de diálogo, de sentido crítico e de consciência sobre o seu papel, os seus deveres e os seus direitos numa sociedade livre, justa e orientada para o bem-comum. Preparar as gerações do presente para uma cidadania ativa robustece os alicerces em que se apoia o desenvolvimento social. Num contexto global em que se assiste a crescentes riscos de fragmentação social, de desinformação e de polarização, educar para a cidadania corresponde a investir na coesão social à volta de valores comuns dos Direitos Humanos, da igualdade e não-discriminação, que estão a base do Estado de Direito democrático português e das sociedades livres.	A Educação para a Cidadania é essencial para formar jovens conscientes dos seus direitos e deveres, promovendo valores como os Direitos Humanos, a igualdade e a inclusão. Num contexto de fragilidade democrática e crescimento de discursos de ódio, a escola pública deve ser um espaço ativo de pensamento crítico, participação e coesão social.

2. EDUCAR PARA A CIDADANIA

Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
A Educação para a Cidadania assume um papel determinante na resposta aos desafios complexos, diversificados e dinâmicos das sociedades contemporâneas. Ela contribui para a formação de cidadãos responsáveis, autônomos, solidários e conscientes dos seus direitos e deveres, exercidos num ambiente de respeito, diálogo e pluralismo, sustentados nos valores democráticos e nos Direitos Humanos. Face aos desafios atuais, nomeadamente a emergência da inteligência artificial, a saúde mental e o bem-estar dos jovens, as desigualdades socioeconómicas, a sustentabilidade, as migrações e a mobilidade internacional, a Educação tem a responsabilidade de promover uma cidadania informada, que potencie a participação cívica. A Estratégia de Educação para a Cidadania (ENEC) adota uma abordagem integrada e articulada. Primeiro, centrada na interdependência entre Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável, e Literacia Financeira e Empreendedorismo, enquanto dimensões centrais para uma cidadania ativa e participativa num Estado de Direito e em sociedades justas e sustentáveis. Segundo, integrando ainda temáticas prioritárias, tais como a Saúde, o Risco e Segurança Rodoviária, os Media e o Pluralismo e Diversidade Cultural, de forma a adotar uma visão mais abrangente e completa do exercício pleno de cidadania. No âmbito da Educação para a Cidadania, componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, pretende-se que os alunos adquiram aprendizagens e competências que os habilitem para a participação cívica e a construção de cada um como cidadão, assim como de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, dos valores constitucionais e da defesa dos Direitos Humanos. Pretende-se, deste modo, que as aprendizagens essenciais promovam, por um lado, atitudes cívicas conscientes e, por outro lado, relacionamentos interpessoais e sociais responsáveis, que capacitem os alunos para a participação na vida escolar, social e comunitária e para a avaliação crítica das implicações individuais e coletivas das suas ações e escolhas.	Num mundo cada vez mais complexo e desafiante, a Educação para a Cidadania deve afirmar-se como eixo central da Escola Pública. Face à fragilidade democrática, à desinformação e à exclusão, é essencial promover o pensamento crítico, os direitos humanos e a convivência democrática. Para tal, não se podem omitir temas cruciais como a sexualidade, o mundo do trabalho, a educação ambiental ou a participação democrática numa perspetiva de um ser que se constrói também no seu coletivo

3. QUADRO CONCEPTUAL E DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
No contexto da União Europeia, não existe uma perspectiva única sobre Educação para a Cidadania. No entanto, seja na “Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos” ou no “Quadro de Referência de Competências para uma Cultura Democrática”, do Conselho da Europa, a abordagem seguida corresponde a uma Educação para a Cidadania centrada no funcionamento da Democracia e na participação ativa nas esferas cívica, política, social, económica, jurídica e cultural, capacitando os alunos para o exercício e a defesa dos direitos e deveres democráticos, para a valorização da diversidade e para o desempenho de um papel ativo na vida democrática. No âmbito da Educação para a Cidadania, componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, pretende-se que os alunos aprendam e adquiram conhecimentos e competências que os ajudem no seu desenvolvimento individual e na sua participação cívica, no quadro da democracia, dos valores constitucionais e da defesa dos Direitos Humanos. Esta conceção de Educação para a Cidadania enquadra-se no disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e está alinhada com a visão proposta pelo Conselho da Europa. Nesta ENEC, a Educação para a Cidadania, a operacionalizar através da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, congrega oito Dimensões a implementar ao longo da escolaridade obrigatória, a saber: Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável, Literacia Financeira e Empreendedorismo, Saúde, Risco e Segurança Rodoviária, Media e Pluralismo e Diversidade Cultural.	(...) pretende-se que os alunos aprendam e adquiram conhecimentos e competências que os ajudem no seu desenvolvimento individual, na sua participação cívica e coletiva, no quadro da democracia, dos valores constitucionais e da defesa dos Direitos Humanos, em especial no combate à intolerância, ao ódio e à indiferença.

DIMENSÃO Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
DIREITOS HUMANOS Promover uma cultura de direitos humanos e de liberdades fundamentais, em todos os aspetos da vida dos indivíduos, nomeadamente em questões relativas ao género, à origem nacional, étnica e social, contribuindo para que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, as capacidades, os valores e as atitudes que lhes permitam compreender, exercer e defender os Direitos Humanos, assumindo o respeito por estes como responsabilidade de todas as pessoas, em defesa de sociedades em que exista coesão social, paz, justiça, liberdade e democracia.	Promover uma cultura de direitos humanos implica rejeitar toda a discriminação e valorizar a inclusão como um direito, não como opção. A liberdade de escolha não pode justificar a exclusão de direitos fundamentais, como educação, saúde ou habitação. É essencial que crianças e jovens adquiram valores e atitudes que promovam o respeito pelos Direitos Humanos, assegurando coesão social, justiça, liberdade, paz e democracia.
DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS Assegurar que as crianças e os jovens conheçam as instituições democráticas e sejam capazes de refletir sobre cidadania ativa, democracia, ética e integridade na governança democrática, bem como debater o papel internacional de Portugal, nomeadamente na União Europeia, num contexto de globalização e interdependência, assumindo a sua participação ativa na co-construção de um mundo pacífico e livre.	Assegurar que crianças e jovens conheçam as instituições democráticas exige mais do que votar; é necessário vivenciar a democracia no quotidiano e construir coletivamente os espaços onde atuam. A ênfase nas Forças de Segurança e em instituições internacionais esvazia o papel social do Estado. Democracia implica o ato individual de participação, mas num enquadramento coletivo.
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Assegurar que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, capacidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para um mundo ambiental e socialmente sustentável, que promova a melhoria da qualidade de vida das populações e que atenda às necessidades das atuais gerações, assim como as das gerações vindouras.	Assegurar que crianças e jovens contribuam para a sustentabilidade exige ir além das boas intenções ambientais. É crucial questionar as causas estruturais da pobreza e da desigualdade e não reduzir a sustentabilidade a ações simbólicas. A responsabilização não pode recair apenas no indivíduo; é essencial alertar para os limites do consumismo e para o papel das grandes multinacionais na degradação ambiental e social. Não se compreende a eliminação do antigo domínio “Educação Ambiental”

LITERACIA FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO Promover a aquisição de conhecimentos, capacidades, valores e atitudes no domínio financeiro e utilizá-los para tomar decisões informadas sobre recursos financeiros orçamento, poupança e investimento, fomentando o espírito de iniciativa, a criação de valor, a proatividade, a curiosidade, a perseverança para alcançar objetivos, a ética e a responsabilidade social, no sentido de preparar as crianças e os jovens para enfrentarem desafios económicos e sociais do mundo contemporâneo.	Promover competências financeiras deve ir além da lógica tecnocrática da poupança e do investimento. Ao enfatizar o mérito e o empreendedorismo como acessíveis a todos, ignora-se que a maioria será assalariada e carece de conhecimento sobre os seus direitos laborais. A literacia financeira deve capacitar para decisões conscientes e éticas, mas também para a compreensão crítica das dinâmicas económicas e das desigualdades sociais. Não se considera despidendo incluir nesta dimensão temas relacionados com a Educação para um consumo responsável.
SAÚDE Assegurar que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, capacidades, valores e atitudes que incentivem a assunção do bem-estar físico e mental, integrando na sua vivência a importância da alimentação saudável, da atividade física, da promoção da saúde mental, permitindo escolhas informadas, conscientes e seguras, contribuindo para a proteção contra todas as formas de violência (incluindo a exploração, o abuso e a ciberviolência) e para a prevenção de consumos, comportamentos aditivos e dependências	A mera referência à educação sexual de forma genérica e pouco estruturada, afastando-se de uma abordagem científica, sistemática e pedagógica, incluída neste domínio não faz jus à escola contemporânea. A educação sexual não se resume à anatomia ou reprodução: é sobre respeito pelo corpo próprio e alheio, leitura das mudanças, combater a desinformação e prevenir abusos e discriminações. A falta de um espaço para a educação sexual com conteúdos científicos e pedagógicos representa uma violação do direito à informação, à saúde e à proteção.
RISCO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA Contribuir para que as crianças e os jovens adquiram os conhecimentos, capacidades, valores e atitudes que lhes permitam identificar perigos, minimizar vulnerabilidades e agir de forma consciente face a fatores de risco. Pretende também promover atitudes e comportamentos de autoproteção perante riscos naturais, tecnológicos e mistos, bem como uma mobilidade segura e sustentável no ambiente rodoviário, constituindo-se como abordagem integrada no desenvolvimento de uma cultura de prevenção e segurança.	

PLURALISMO E DIVERSIDADE CULTURAL

Contribuir para que as crianças e os jovens valorizem a diversidade humana e sejam capazes de interagir com respeito pela diferença, com vista a gerar expressões culturais diversas e respeitadoras dos direitos constitucionais, num quadro de diálogo, democracia e de defesa dos Direitos Humanos.

Contribuir para que crianças e jovens valorizem a diversidade exige mais do que reconhecer tecnicamente formas de discriminação como racismo, xenofobia ou misoginia. É fundamental promover uma reflexão crítica sobre as suas causas e estruturas. A referência a identidades culturais como algo fixo contraria a interculturalidade, que pressupõe inclusão, diálogo e transformação. Valorizar a diversidade implica agir contra desigualdades e promover o respeito pelos Direitos Humanos.

MEDIA

Incentivar as crianças e os jovens a interpretar a informação e a utilizar os meios de comunicação social, nomeadamente no acesso e na utilização das tecnologias de informação e comunicação, visando a adoção de atitudes e comportamentos adequados a uma utilização crítica e segura das tecnologias digitais, da informação e dos conteúdos gerados por inteligência artificial. Pretende, igualmente, contribuir para a adesão a valores fundamentais, como liberdade de expressão, compromisso com a ética, salvaguarda dos direitos de autor, segurança na Internet, proteção de dados, entre outros, que promovam uma cidadania informada e responsável.

É cada vez mais premente a necessidade de combater a desinformação e a construção de narrativas manipuladoras que distorcem os factos e comprometem a convivência democrática. A propagação de conteúdos falsos ou enviesados alimenta o discurso de ódio, a intolerância e a polarização social. A promoção do pensamento crítico é essencial para formar cidadãos capazes de resistir a estas dinâmicas e de valorizar a verdade, o respeito pela diferença e demais princípios democráticos.

4. A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA INTEGRADA EM TODA A ESCOLA

Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
A Estratégia da Educação para a Cidadania de cada Escola tem de se enquadrar na ENEC e deve alinhar-se com o Projeto Educativo de cada Escola. O sucesso da implementação da Estratégia da Educação para a Cidadania da escola está intrinsecamente ligado à cultura de cada escola e às oportunidades dadas aos alunos e respetivas famílias para se envolverem na tomada de decisão. Assim, a conceção e o desenvolvimento de atividades e projetos, no âmbito da Educação para a Cidadania, devem assentar nas necessidades, recursos e potencialidades da comunidade, corporizando situações reais de vivência plena de cidadania. A Educação para a Cidadania é uma responsabilidade de todos na escola e deve estar apoiada numa abordagem que envolva alunos, docentes, famílias e comunidade, na sala de aula, na cultura da escola e na relação com a comunidade, beneficiando de: ▪ práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais; ▪ integração no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade; ▪ práticas educativas promotoras da inclusão, apoiadas no desenvolvimento profissional contínuo dos docentes;	Preocupação pelo tratamento da disciplina de Cidadania que pode criar um precedente preocupante ao permitir que elementos externos possam influenciar os conteúdos e a sua forma de leção. Levanta-se a questão da competência desses intervenientes para tal função. A autonomia pedagógica de cada docente poderá, na prática, estar a ser transferida para os Conselhos Gerais e representantes dos E. E. a responsabilidade pela definição dos conteúdos e das práticas pedagógicas.

- envolvimento de alunos em metodologias ativas, oferecendo oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- integração nas políticas e práticas de uma escola democrática, envolvendo toda a comunidade escolar;
- promoção do bem-estar e da saúde individual e coletiva;
- envolvimento no trabalho, em parceria com as famílias e as comunidades;
- alinhamento com as especificidades de crianças e jovens e com as prioridades da comunidade educativa;
- apoio na monitorização e avaliação de forma a garantir a efetividade e a participação.

Para o desenvolvimento da sua Estratégia de Educação para a Cidadania, as escolas podem estabelecer parcerias com entidades externas, desde que em estreita colaboração com as famílias (pais e encarregados de educação), através das suas estruturas de representação, nos termos da legislação em vigor. A avaliação interna das aprendizagens, no âmbito da componente de Cidadania e Desenvolvimento, à semelhança das restantes componentes curriculares/disciplinas/áreas disciplinares, é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de administração e gestão, de coordenação e supervisão pedagógica do agrupamento de escolas/escola não agrupada, a quem competirão os procedimentos adequados a cada um dos modos de organização e funcionamento da referida componente. Tendo em conta as características desta componente, a avaliação deverá ter lugar de forma contínua e sistemática, adaptada aos avaliados, às atividades e aos contextos em que ocorre. Assim, as formas de recolha de informação deverão ser diversificadas e devem ser utilizadas diferentes técnicas e instrumentos de avaliação.

5. OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA - COMPONENTE CURRICULAR DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
A operacionalização curricular da Educação para a Cidadania concretiza-se a dois níveis: ao nível de agrupamento de escolas/escola não agrupada e ao nível de cada turma.	

5.1. AO NÍVEL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS/ESCOLA NÃO AGRUPADA

Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
Cabe ao agrupamento de escolas/escola não agrupada elaborar e aprovar a sua própria Estratégia de Educação para a Cidadania, enquadrada pela ENEC, tendo de definir: ▪ o(s) ano(s) de escolaridade em que cada uma das Dimensões de Educação para a Cidadania, incluídas no 2.º grupo, serão desenvolvidas; ▪ o modo de organização do trabalho; ▪ os projetos a desenvolver na e com a comunidade com vista à aprendizagem cidadã; ▪ as parcerias a estabelecer com entidades da comunidade, numa perspetiva de trabalho em rede, com vista à concretização dos projetos, seguindo as orientações aprovadas pelo Conselho Geral; ▪ os critérios de avaliação das aprendizagens dos alunos; ▪ o modelo de avaliação da implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola. Os critérios de avaliação devem considerar o impacto da participação dos alunos nas atividades realizadas na	Preocupação pelo tratamento da disciplina de Cidadania, que pode criar um precedente preocupante ao permitir que elementos externos possam influenciar os conteúdos e a sua forma de leção. Levanta-se a questão da competência desses intervenientes para tal função. A autonomia pedagógica de cada docente poderá, na prática, estar a ser transferida para os Conselhos Gerais e representantes dos E. E. a responsabilidade pela definição dos conteúdos e das práticas pedagógicas.

escola e na comunidade.

Ao Conselho Geral, órgão de direção estratégica, responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, compete:

- a definição de orientações e critérios para a elaboração da *Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola*;
- a aprovação da *Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola*.

Ao Conselho Pedagógico compete aprovar os critérios de avaliação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento.

A coordenação da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola é assegurada por um docente designado para o efeito. Recomenda-se que este coordenador integre o Conselho Pedagógico, salvaguardando o estabelecido na legislação em vigor relativamente à composição deste órgão de gestão do agrupamento de escolas/escola não agrupada.

Ao Coordenador da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola cabe:

- promover a elaboração da proposta de Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola;
- submeter à aprovação do Conselho Pedagógico a proposta de critérios de avaliação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento;
- articular o desenvolvimento da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola com os demais docentes, em particular com os que lecionam a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, bem como com as estruturas de gestão do Agrupamento de escolas/escola não agrupada;

- acompanhar a implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola e promover a respetiva avaliação;
- colaborar com a monitorização da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

A componente de currículo de Cidadania e Desenvolvimento, integrando as matrizes de todas as ofertas educativas e formativas:

- constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar;
- mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com as aprendizagens das diferentes dimensões da componente de Cidadania e Desenvolvimento, de acordo com a *Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola*, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma.

A componente curricular Cidadania e Desenvolvimento pode funcionar numa organização semestral, anual ou outra, salvaguardando a possibilidade de a escola poder gerir, com flexibilidade, a sua distribuição ao longo do ano letivo, de modo à concretização de projetos interdisciplinares pelos alunos de cada turma.

5.2. AO NÍVEL DA TURMA

Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
A Educação para a Cidadania, componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, integra as matrizes curriculares-base de todos os níveis e ciclos da escolaridade obrigatória. No 1.º ciclo do ensino básico, componente de currículo integrada transversalmente, da responsabilidade do docente titular de turma. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico configura-se como disciplina autónoma sob a responsabilidade de um docente e trabalhada interdisciplinarmente, envolvendo o Conselho de Turma, ouvidos os representantes dos alunos e dos pais e encarregados de educação, competindo a cada escola a sua organização. Nos cursos de educação e formação de jovens de nível básico e no ensino secundário, a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida com o contributo de todas as disciplinas constantes nas matrizes curriculares-base, nomeadamente através da mobilização dos contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento das aprendizagens das diferentes dimensões da componente de Cidadania e Desenvolvimento, de acordo com a Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma. No ensino secundário, a escola decide a forma de implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, de acordo com a legislação em vigor. O professor titular de turma/diretor de turma, bem como os demais professores do conselho de turma, envolvendo ativamente os alunos, os pais e os encarregados de educação, devem elaborar, no início do ano	Preocupação pelo tratamento da disciplina de Cidadania, que pode criar um precedente preocupante ao permitir que elementos externos possam influenciar os conteúdos e a sua forma de lecionação. Levanta-se a questão da competência desses intervenientes para tal função. A autonomia pedagógica de cada docente poderá, na prática, estar a ser transferida para os Conselhos Gerais e representantes dos E. E. a responsabilidade pela definição dos conteúdos e das práticas pedagógicas.

escolar, o plano de turma relativo à Educação para a Cidadania. Deste plano, no âmbito dos projetos a concretizar, devem constar as Dimensões do 2.º grupo de Educação para a Cidadania a implementar, as iniciativas e as visitas a realizar, bem como as entidades externas a convidar. O Plano deverá ser aprovado em reunião de conselho de turma, no qual devem participar os representantes dos alunos e dos pais e encarregados de educação. Após aprovação do Plano, os pais e encarregados de educação deverão ser informados de todas as atividades a desenvolver no âmbito da concretização dos projetos que envolvam Educação para a Cidadania. Com vista ao exercício da cidadania ativa e da participação social em contextos de partilha e de confronto de ideias sobre assuntos da atualidade, considera-se relevante valorizar o papel dos alunos enquanto autores, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas.	
---	--

6. MONITORIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Proposta MECI	Proposta/sugestões FENPROF
A monitorização da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania é coordenada pela Direção-Geral da Educação, à qual compete apoiar e acompanhar o desenvolvimento das Estratégias de Educação para a Cidadania das Escolas, em articulação com a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e com a Inspeção-Geral da Educação e Ciência.	

Apreciação global:

Num contexto de fragilidade democrática, com o crescimento de discursos de ódio e forças antidemocráticas, a Educação para a Cidadania é essencial na missão da Escola Pública. A proposta de revisão dos referenciais do MECI representa um retrocesso, ao excluir temas como sexualidade, identidade de género ou questões do mundo do trabalho, transferindo para as famílias decisões que devem ser da responsabilidade dos docentes. Esta visão ameaça a igualdade no acesso à informação e à formação, sobretudo dos mais desfavorecidos, num mundo cada vez mais complexo. A escola não doutrina – ela educa, com base em princípios constitucionais e compromissos internacionais. A FENPROF recorda o profissionalismo com que os professores têm trabalhado temas sensíveis e defende uma avaliação rigorosa e participada da disciplina, rejeitando imposições ou supressões travestidas de desculpas de carácter ideológico. A cidadania deve ser um pilar da formação e não vítima de agendas retrógradadas.